

ANÁLISE DO QUADRO COMUNICACIONAL DA CRIAÇÃO DE UM ARQUIVO TESTEMUNHAL

Jaqueline Aparecida Nogueira (UFMG)
jaqueline.ufla@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o quadro comunicacional de um arquivo testemunhal. Como material de análise, selecionamos o livro “Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil”, produzido no ano de 2014 pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Compreendemos a noção de quadro comunicacional a partir da Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2012). Também empregaremos a noção de Imaginário sociodiscursivo, trabalhada em Charaudeau (2013), e as discussões teóricas sobre a natureza social da enunciação, presentes na obra de Bakhtin e do Círculo. O objetivo principal da análise discursiva a ser realizada é desvelar a problemática relacionada aos desdobramentos do quadro comunicacional de um material produzido a partir de várias vozes, as quais emitem seus posicionamentos com base em imaginários sociodiscursivos móveis na cultura e na história do Brasil. Metodologicamente, analisaremos a forma como uma enunciação primeira engendra-se a uma enunciação segunda no quadro comunicacional. Em seguida, refletiremos sobre modificações sofridas nos imaginários sociodiscursivos presentes em cada uma dessas enunciações. Como resultado, esperamos demonstrar o entrelaçamento intergenérico de um arquivo testemunhal, explicitando como as diferentes situações de comunicação dos discursos interferem na produção de sentidos.

Palavras-chave:

Enunciação. Testemunho. Imaginário sociodiscursivo.

1. Considerações iniciais

Existem muitas problemáticas vinculadas à compreensão de arquivos testemunhais – o tempo transcorrido, a relação entre o presente e o passado na enunciação, as formas de colhimento dos dizeres, a identidade social dos testemunhantes, a relação dos dizeres com uma suposta verdade, o posicionamento privilegiado para a criação de uma versão do passado, entre muitos outros – dentre os quais discutiremos o as condições de produção da tomada de depoimentos escolhida pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, componente da Comissão Nacional da Verdade no Brasil.

Os trabalhos investigativos foram concretizados de formas variadas, o que diversifica as condições de produção e, conseqüente-mente, os arquivos e suas significações. Além do mais, esses materiais circularam sob formas estereotípicas diversas: livros, entrevistas em vídeo, cartas,

desenhos, imagens de outras artes, capas de revista, publicações, documentos, entre outras. Nesse caso, observamos uma intensa atividade de transposição, ora incentivada pelo caráter legal das investigações, ora pelo midiático.

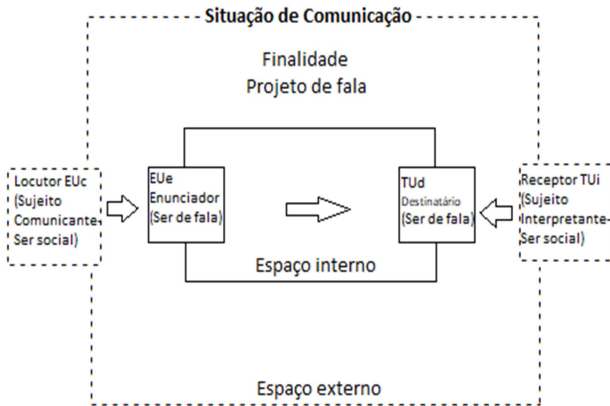
Nesse mote, refletiremos sobre os desdobramentos dessas várias transposições com base no quadro comunicativo de Charaudeau (2012). Pretendemos considerar também que a diversas várias vozes indexadas à produção desses materiais trazem consigo diversos posicionamentos, compondo imaginários sociodiscursivos sobre o período militar no Brasil. Metodologicamente, analisaremos a forma como uma enunciação primeira engendra-se a uma enunciação segunda no quadro comunicacional.

2. *Referencial teórico*

A teoria semiolinguística de Charaudeau (2012) apoia-se, de maneira central, em um quadro comunicacional que procura estampar os circuitos do ato de linguagem. De acordo com esta teoria, a significação se engendra a partir de uma encenação cambiada entre o emissor e o receptor. Todavia, não se trata de um processo simétrico motivado unicamente pela intenção do emissor que considera o receptor como um mero decodificador. A produção significativa, nesse caso, envolve tanto as visadas e expectativas do locutor, quanto as interpretações e expectativas do receptor, ambos enquanto seres sociais e seres de fala.

No quadro, a figura do locutor se desdobra no EUc (Sujeito comunicante) e no EUe (Sujeito enunciador), o primeiro está localizado no circuito externo da situação de comunicação e o segundo, no circuito interno. Da mesma forma, o receptor ocupa a posição TUi (Sujeito interpretante) no circuito externo e a posição TUD (Sujeito destinatário) no circuito interno, como podemos observar na reprodução a seguir, feita com base em Charaudeau (2012):

Imagem 1 – Quadro comunicativo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Charaudeau (2012, p. 52).

Como estampa Charaudeau (2012, p. 52), a ato comunicativo engloba um jogo entre significações implícitas e explícitas, o que implica na sua assimetria. Um locutor *x* pode enunciar “as portas estão abertas” se referindo à sua disponibilidade de receber um convidado, considerando as características do seu receptor e apostando que ele aceitará o contrato de comunicação proposto. Todavia, o receptor pode não compreender ou não aceitar o contrato, ou pode ainda manter uma expectativa diferente em relação à enunciação. Nesse caso, o sentido implícito da expressão visado pelo emissor pode não ser considerado e o receptor pode interpretar de modo literal que as portas da casa estão abertas fisicamente. Todo ato comunicativo visará um receptor ideal (TUd), porém, a aposta feita por ele (EUE) nem sempre se concretizará.

Charaudeau (2012a) disserta sobre o discurso relatado, afirmando que nessa situação ocorre um encaixe de um dito em outro. A heterogeneidade desse discurso seria demarcada por índices que demonstram que o dito deve ser, em parte, atribuído a um locutor diferente daquele que fala. De fato, essa constatação se torna preponderante quando se trata de um gênero testemunhal, o qual possui funções que podem se relacionar com a construção de uma verdade, cujo valor adentra no terreno da legalidade. Essas funções podem ser diferentes de uma notícia jornalística,

por exemplo. Nesse mote, o autor fala de uma problemática que surge entre o discurso relatado e a interdiscursividade. Em suas palavras:

Como acabamos de ver, o discurso relatado se constrói ao término de uma dupla operação de reconstrução/desconstrução. De reconstrução porque se trata de tomar um dito para reintegrá-lo a um novo ato de enunciação, passando esse dito a depender do locutor-relator. Assim, o discurso relatado opera uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta para uma apropriação ou rejeição deste último pelo locutor-relator. De desconstrução porque o discurso relatado mostra que se trata realmente de um dito tirado de um outro ato de enunciação, distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator. Assim, o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 163)

As discussões sobre o discurso relatado de Charaudeau (2012a) procuram explicar os possíveis entrelaçamentos entre ditos relatados, todavia, as discussões voltam-se primordialmente ao discurso midiático. Consequentemente, as estratégias nesse ambiente variam entre o apagamento ou marcação dos locutores de origem. Tratando-se de discursos testemunhais relacionados à ditadura militar, as visadas enunciativas são outras, como a defesa de um posicionamento político, por exemplo. Nesse caso, as discussões do autor a esse respeito podem contribuir para a reflexão do quadro comunicativo de um testemunho, porém, há uma necessidade de enfocar esse tipo de enunciação em sua concretude.

A noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013) parte do princípio de que um grupo determinado compartilha representações sociais sobre o mundo, as quais podem ser tomadas de maneira natural como uma evidência partilhada ou de maneira consciente por meios de discursos e textos que circulam nas instituições. Tais maneiras de pensar e modos de nomear os aspectos da realidade guiam as condutas e as comunicações sociais. Ressaltamos que os discursos sobre a ditadura não partem dos mesmos imaginários sociodiscursivos. Existem versões apaziguadoras, outras que representam os militares como salvadores da pátria e os subversivos como bandidos e aquelas que representam totalmente o contrário.

Para Bakhtin (2009), um enunciador se serve da língua para realizar as suas necessidades enunciativas concretas, a qual assume significações no contexto concreto de uso. Ou seja, para o locutor, o importante é que a forma linguística se adeque a uma situação concreta dada. Na enunciação, a palavra sempre é dirigida para um interlocutor, cuja identidade como integrante de um grupo específico interfere no processo inte-

rativo. O interlocutor pode ser um membro do mesmo grupo do locutor ou não, pode ser um membro de sua família, pode estar abaixo ou acima dele na hierarquia social, entre outras situações.

Nas palavras do autor, “[...] casa indivíduo têm um *auditório social* próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc.” (BAKHTIN, 2009, p. 117). Nesse sentido, o quadro comunicativo de Charaudeau (2012) pode ser relacionado à teoria bakhtniana, se considerarmos que os interlocutores constroem expectativas uns sobre os outros na situação de comunicação, em função daquilo que sabem, supõem e/ou esperam do ato comunicativo.

Para além, supomos que o gênero de discurso empregado também traz indícios sobre a natureza do ato de comunicação, apesar de não determiná-lo completamente. Bakhtin (2015) enuncia que:

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de um certo gênero de discurso [...] A intensão discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se desenvolve-se em uma determinada forma de gênero. (BAKHTIN, 2015, p. 282)

Sobre o assunto, Bakhtin (2009) declara que é possível encontrar tipos particulares de fórmulas estereotipadas do discurso, reforçadas pelo uso. O testemunho, bem como o ato de testemunhar, possuem certas características estereotípicas para servir aos propósitos da comunicação. Autores como Beverley (2002) assinalam que este gênero possui autoridade para reconstruir o passado. Essa característica interfere no quadro comunicativo, uma vez que o receptor pode esperar que o locutor enuncie a partir da verdade dos fatos.

3. *Análise*

Dadas as discussões teóricas, iniciamos a análise delineando a situação/situações de comunicação que resultou no “Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil” (2014). O livro foi composto por cerca de quarenta relatos de pessoas que vivenciaram a/as ditadura em suas infâncias, no entanto, as formas de colhimento desses relatos foram diversificadas. Focalizaremos três dessas situações de comunicação – nomeamos como testemunho A aquele que foi baseado em documentos e textos escritos; testemunho B aquele que foi enunciado

oralmente em um seminário e testemunho C aquele que foi transcrito a partir de terceiros.

TESTEMUNHO A

Exemplificamos essa situação de comunicação com a entrega de uma carta aos organizadores do livro, a qual foi lida em um seminário antes de integrá-lo. Esse tipo de comunicação escrita é caracterizada por Charaudeau (2012) como monologal, pois no momento em que escreveu a carta, o enunciador não teve acesso às reações imediatas do público, como réplicas, gestos, interjeições, expressões faciais, entre outras. Todavia, o quadro comunicativo ainda se mantém, visto que todo ato de comunicação é por natureza um ato interenunciativo. O sujeito comunicante (EUC), o qual escreveu na carta as suas lembranças, suscitou uma imagem ideal de seu público (TUD). Da mesma forma, ao ouvir a leitura da carta no seminário, o público (TUi) construiu uma imagem específica do enunciador (EUE). Tais abstrações revelam EUC e TUi como articuladores de fala, seres do mundo que possuem uma intencionalidade ao produzir e interpretar atos comunicativos. Nesse caso, o EUC, enquanto indivíduo real, possui certas características sociais que interferem diretamente na credibilidade da ação de testemunhar. Na leitura da carta, essas informações poderiam ter sido ignoradas, todavia, o perfil do testemunhante foi delineado através de seus dizeres, guiando estrategicamente o TUi no processo interpretativo – o testemunhante contou a sua profissão, idade, gênero, grau de instrução, entre outros – todos esses dados interferem no que Charaudeau (2012) chama de contrato¹. Apesar da ausência física entre os participantes, é provável que o testemunhante tenha recebido instruções sobre a natureza das investigações e da posterior construção do livro. Assim, devido a sua ausência física, a citação de documentos oficiais e fatos passíveis de verificação contribuem para a comprovação de seus dizeres.

TESTEMUNHO B

Na situação de comunicação referente à enunciação direta em um seminário, observamos a preponderância da forma dialogal – pela proxi-

⁴⁵ De acordo com Charaudeau (2012, p. 56), a noção de contrato repousa na ideia de que indivíduos componentes de um mesmo corpo de práticas compartilham regras sobre suas representações linguageiras.

midade com o público, o EUC pôde elaborar a sua percepção do TUD de forma mais eficaz – apesar de a palavra pertencer majoritariamente ao palestrante, o qual se colocou em uma posição de poder em relação aos ouvintes. Durante a apresentação, havia também a presença de um mediador de relevante papel social, o qual procurou corroborar com os dizeres do testemunhante. Um interessante fator influenciador das circunstâncias de discurso é a presença de familiares e amigos na plateia. O fato de EUC, enquanto ser social, conhecer intimamente grande parte do seu público, corroborou com a possibilidade de ele suscitar um TUD ideal que aceitaria o contrato proposto. Apesar da natureza legal das investigações, é notório que a concretização do seminário caracteriza também um ato político. Ter em mente que o público partilhava com ele um imaginário sociodiscursivo comum, permitiu que o testemunhante construísse uma narrativa mais subjetiva, sem a necessidade de comprovar a veracidade de tudo aquilo o que dizia. No caso do testemunho de abertura do seminário, foi o que aconteceu, pois pela liberdade e credibilidade que possuía, o testemunhante apostou na construção de um testemunho que imiscuiu o real e a ficção.

TESTEMUNHO C

Em uma situação de comunicação onde o passado é desvelado a partir de terceiros, observamos uma posição enunciativa EUE mais delicada. Isso acontece porque o terceiro não vivenciou ou presenciou os fatos que relata. A sua imagem no discurso pode ser comparada a um tipo de porta-voz. Nesse caso, a abstração EUC é duplicada, pois da mesma maneira que as características sociais do testemunhante importa, o papel social do seu porta-voz também importa. É possível pensar na equipe organizadora do livro como um porta-voz dos testemunhantes. Assim, a sua credibilidade pode garantir o que dizem os outros. O livro sob análise foi assinado pela *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo* e os seus elementos de abertura (prefácio, introdução, apresentação) foram assinados por indivíduos de grande prestígio social. A maioria dos testemunhos latinoamericanos são construídos por um intelectual, de acordo com Dutilleux (2011), geralmente um indivíduo letrado conta a estória do passado em nome de um grupo atingido por uma grande injustiça, preponderantemente pelo gênero entrevista. Especialmente nesta situação de comunicação, é possível pensar em um EUC coletivo e em um EUE que fala em nome de um outro.

Após delinear as informações referentes ao quadro comunicativo das situações de comunicação focalizadas, constatamos que em todos os casos aconteceu um engendramento de enunciações primeiras em segundas:

- a) No testemunho A, constatamos que a leitura da carta no seminário requer a consideração de um EUC duplo, pois temos um testemunhante que fala em nome de outro indivíduo, corroborando com seus escritos. Com relação à inserção de documentos no livro, a situação se repete, pois observamos um EUC (autor do livro) que corrobora com o EUE testemunhante;
- b) Ao analisar o quadro comunicativo do testemunho B, verificamos que o EUC possui grande liberdade para suscitar uma imagem de EUE visada, graças às informações que detinha do público. Todavia, é importante salientar que TUD e TUI foram constituídos a partir de uma coletividade, pois o seu testemunho também compôs o livro posteriormente;
- c) Por último, a análise do testemunho C demonstrou que ao relatar o passado como um porta-voz, tanto o EUC, quanto o EUE trazem consigo as palavras e a imagem de um outro.

Com relação à modificação dos imaginários presentes em cada uma das enunciações, observamos um trabalho de ressignificação, uma vez que situações ocorridas no passado são contadas por um EUC do presente. Dessa maneira, a construção do EUE do discurso pode ser direcionada a interesses políticos vigentes. Essa modificação não passa necessariamente pela manipulação, contudo, é importante vislumbrar que o testemunho pode ser encarado como um tipo diferenciado de narrativa de vida e o próprio movimento de lembrar e contar envolve a ficcionalidade.

No caso específico do livro sob análise, os testemunhantes eram crianças e as suas infâncias são ressignificadas por um eu adulto, sendo o próprio testemunhante ou um terceiro. Além do mais, os imaginários sociodiscursivos são móveis, a própria significação de muitas das palavras que permeiam o passado da ditadura se modificaram, a exemplo da palavra “terrorista”, a qual ganhou novas denotações mundialmente, especialmente após o atentado ao *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001.

4. Considerações finais

Após as discussões realizadas, vislumbramos que é possível refletir sobre o desdobramento de sujeitos no quadro comunicativo tanto no circuito interno, quanto no externo. Constatamos que a trajetória anterior dos dizeres interfere ativamente no processo de construção do sentido quando se trata de arquivos testemunhais. A feitura desse trabalho demonstrou que tanto o quadro comunicativo, quanto a noção de discurso relatado da TS, podem ser ferramentas importantes para explorar a enunciação de arquivos testemunhais, considerando os múltiplos sujeitos envolvidos. Aventamos ainda, que o quadro comunicacional pode ser utilizado de maneira mais crítica, se explorarmos mais profundamente o gênero empregado e as circunstâncias específicas do ato analisado. Caso contrário, a aplicação do quadro se mostraria meramente descritiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BEVERLEY, John; Prólogo. La voz del otro. In: BEVERLEY, J.; ACHUGAR, H. (Orgs). 2. ed. Guatemala, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Angela S. M. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Discurso das Mídias*. Trad, de Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Infância Roubada Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.